

Após privatização da Sabesp, mercado se volta para novas concessões no setor

Água e esgoto Além de dois grandes leilões já marcados, BNDES tenta licitar projetos de PE e PA este ano

Após privatização da Sabesp, setor de saneamento prevê R\$ 111 bilhões em novas concessões no país

Taís Hirata
De São Paulo

Passada a privatização da Sabesp, o mercado de água e esgoto no Brasil volta suas atenções à agenda de novas concessões do setor. Ao todo, os grandes projetos em estudo poderão contrair até R\$ 111 bilhões em investimentos, em 12 Estados do país, de acordo com especialistas e fontes ouvidas pelo Valor.

Já há dois leilões marcados: um do governo do Piauí, com previsão de R\$ 8,6 bilhões em obras, outro em Sergipe, em estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com investimento de R\$ 6,3 bilhões. Há ainda a licitação de outras 3 Parcerias Público-Privadas (PPPs) da Sanepar, suspensa em maio por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), mas que a empresa paranaense tenta retomar.

Os próximos leilões deverão ser das concessões de Pará e Pernambuco, que o BNDES trabalha para licitar neste ano, segundo o diretor de Planejamento, Nelson Barbosa. "O objetivo é leiloar no fim de novembro, início de dezembro, se for possível. Essa é a demanda dos Estados, mas tem processos que dependem de tribunal do governo."

Os contratos em estudo nos dois Estados deverão somar R\$ 47 bilhões de obras, que tendem a ser divididas em blocos — um de-

les será o da região metropolitana de Belém. As consultas públicas devem ser abertas em breve.

Na carteira do BNDES há outros sete projetos — na Paraíba, em Rondônia, no Maranhão, em Goiás, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais e em Porto Alegre (RS). A maioria deverá sair ao longo de 2025. Segundo Barbosa, há também conversas com a estatal da Bahia, ainda preliminares, para incluir mais um projeto neste ciclo de licitações. O banco de fomento também poderá financiar parte de projetos que está estruturando.

Entre analistas, a expectativa é que os leilões atraiam competição, principalmente com participação dos operadores consolidados e a entrada de alguns novos grupos que ainda não atuam no mercado de saneamento no país.

Além disso, a própria Sabesp, agora privatizada e com a Equatorial como acionista de referência, deverá se tornar relevante nas disputas. "A privatização trouxe um grupo que já atuava no setor, mas que agora ganha escala e ca-

pacidade para brigar com os demais", diz Ewerton Henriques, sócio da SH Consultoria.

Como o plano de investimentos da empresa paulista é robusto, há dúvida sobre o prazo para que a companhia comece a se voltar a novos projetos. "Não é pouco dinheiro que terá que ser investido pela Sabesp até 2029. Naturalmente será um ator competitivo nos leilões feitos no Estado, mas não está claro o foco para novos negócios", diz Fernando Marcato, professor da FGV Direito.

Questionada sobre o tema, a Equatorial não se manifestou. Em nota, o presidente da Sabesp, André Salcedo, informa que a empresa já tem participado de oportunidades em São Paulo e analisado projetos em outras regiões, "já que dispõe de capacidade técnica reconhecida e estrutura de capital", mas que os próximos passos serão definidos "após concluído o processo de transição".

Para analistas, os operadores tradicionais seguem com disposição para crescer. A Aegea, que ficou de fora da oferta da Sabesp, é apontada como o grupo com o maior apetite, em linha com a estratégia observada nos últimos anos. A empresa diz, em nota, que "sempre acompanha as principais transações do setor".

A expectativa é que não haverá uma onda de novos operadores e que a atração será pontual. "O interesse pelo segmento continua alto,



Privatizada e com Equatorial como acionista de referência, Sabesp poderá participar de disputas fora de São Paulo

o saneamento tem demanda estável. O problema é que a agenda da regulação e a insegurança jurídica ainda são um fantasma", avalia Felipe Tavares, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-superintendente da Agência Nacional de Águas (ANA).

Para Marcato, não há projeção de grandes novos atores nos leilões de Piauí e de Sergipe, que já estão agendados. Henriques avalia que os projetos que sobram não são suficientes para viabilizar a entrada de um operador totalmente novo, capaz de competir com os grupos consolidados.

No leilão das 3 PPPs da Sanepar, que acabou não acontecendo, cinco grupos chegaram a apresentar propostas: Aegea, Iguá, GS Inima, Acciona e Sacyr. As duas últimas empresas, embora já atuem em infraestrutura no país, seriam novas no setor.

A expectativa para o leilão de Sergipe tem sido alta. "Temos boas sinalizações de que teremos apetite. Há pelo menos dez visitas técnicas agendadas. Isso é uma primeira evidência de que vai atrair um conjunto de atores rele-

vantes", afirma Luciene Machado, superintendente da Área de Soluções para Cidades do BNDES.

Para além dos leilões, o setor também deverá ter, nos próximos anos, movimentos de fusões e aquisições e aberturas de capital na Bolsa, aponta Pery Soares Neto, sócio da consultoria Ikgai. "Isso também deverá viabilizar a entrada de investidores no setor."

A BRK, que já tem oferecido no mercado ativos menores de seu portfólio, é um operador que poderá passar por venda ou fusão no curto prazo, segundo fontes do mercado. Procurada, a empresa não quis comentar.

Já no caso de abertura de capital, a Iguá e a Aegea são apontadas como fortes candidatas, mas o processo depende de uma melhora do cenário. Questionado sobre o tema, Roberto Barbuti, presidente da Iguá, diz que a empresa "segue analisando todas as oportunidades que se encaixam na sua estratégia e segue aberta à análise de alternativas de acesso a capital".

A Aegea afirma, em nota, que "eventual IPO [oferta inicial de ações] é uma possibilidade sempre avalia-

da, porém não previsão para realização no curto ou médio prazo".

Já novas privatizações não devem avançar no curto prazo, segundo analistas. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), que já teve sua desestatização estudada pelo BNDES, depende de uma mudança na Constituição estadual para ser vendida, e hoje é alvo de discussões para uma possível federalização. "A chance de nova privatização agora é baixa. A principal candidatura seria a Copasa, mas em eventual novo governo", avalia Tavares.

Questionado sobre o tema, o governo mineiro não respondeu. Segundo Nelson Barbosa, neste momento o BNDES não tem em sua carteira perspectiva de novos estudos para privatização.

Leilões devem atrair grupos consolidados e novos; Sabesp deve ser novo ator

Mercado secundário e IPOs também podem ser porta de entrada para investidores

Leilões de água e esgoto

Concessões de saneamento em estudo pelo país

Estado	Projetos	Investimento previsto (R\$ bi)	Situação
Piauí	Concessão	8,6	Leilão marcado no dia 14/8
Sergipe	Concessão parcial	6,3	Leilão marcado no dia 4/9
Paraná	PPPs	3	Suspensão pelo STF
Pará	Concessão parcial (RIM de Belém) e plena (demais)	21,4	Em estudo
Pernambuco	Concessão parcial	25,5	Em estudo
Paraíba	PPP de esgoto	5,7	Em estudo
Rondônia	Concessão	5,8	Em estudo
Rio G. do Norte	PPP de esgoto	3,2*	Contratação de consultores
Maranhão	Concessão	18,7*	Em estudo
Goiás	PPP de esgoto	6,6*	Em estudo
Minas Gerais	PPP de água e esgoto (Copanor)	3,5	Em estudo
Porto Alegre	Concessão parcial	2,9	Em revisão

Fonte: BNDES, Governo do Piauí, Sanepar. *Figuras ainda em fase inicial, com estrutura preliminar de investimentos previstos

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Empresas Caderno: B Pagina: 1